

Ata n.º 29

Reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (Extraordinária)

No dia 20 de julho de 2015, pelas 18h00m, na sede da CIM Região de Coimbra, em Coimbra, reuniu o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra devidamente convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, João Albino Rainho Ataíde das Neves, ao abrigo da alínea c) do artigo 92.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ordem do Dia

3.3. Unidade de Gestão de Fundos Comunitários

3.3.1. Análise da Proposta de Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial - fase negociação

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do CI deu início à reunião, fazendo circular a lista de presenças para recolha das assinaturas dos presentes, que se junta como anexo número um à presente ata, tendo-se verificado a existência do *quorum* necessário.

Assim, registou-se que participaram na reunião:

Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Figueira da Foz, João Albino Rainho Ataíde das Neves;

Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino Mendes;

Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, João Carlos Vidaurre Pais de Moura;

Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, Nuno Miguel Rondão Moita da Costa;

Vice-Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Rui Daniel Colaço Lopes;

Presidente da Câmara Municipal da Mealhada, Rui Manuel Leal Marqueiro;

Presidente da Câmara Municipal de Mira, Raul José Soares de Almeida;

Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, António Miguel Costa Baptista;

Presidente da Câmara Municipal de Penacova, Humberto José Batista Oliveira;

Presidente da Câmara Municipal de Penela, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias;

Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Mário Almeida Loureiro;

Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, João Miguel Sousa Henriques.

Estiveram igualmente presentes na reunião, o Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Manuel Teixeira Bento, a Vereadora da Câmara Municipal de Arganil, Paula Inês Moreira Dinis, Vereador da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Vereador da Câmara Municipal de Mortágua, Paulo Alexandre de Oliveira, o Chefe de Gabinete de Apoio ao Investimento da Câmara Municipal de Coimbra, Jorge Miguel Marques de Brito.

Ordem do Dia

3.3. Unidade de Gestão de Fundos Comunitários

3.3.1. Análise da Proposta de Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial - fase negociação

Foi presente para análise a proposta final de Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (Pacto) e seus anexos que se juntam à presente ata para dela fazer parte. Relativamente ao assunto em apreço, o Presidente do CI começou por dizer que a direção da CIM Região de Coimbra (CIM RC) reuniu de manhã com a Presidente da Comissão Diretiva do PO Regional do Centro, Prof.^a Ana Abrunhosa, e que foram colocadas algumas questões relacionadas com as Prioridades de Investimento 4.3 e 6.3, nomeadamente no que concerne à eficiência energética e a programação turística. Sobre a questão da promoção turística salientou que foi dada nota de insatisfação da proposta apresentada pela Autoridade de Gestão (AG), e que esta entidade garantiu que não foi aberta qualquer exceção a outra entidade intermunicipal.

Relativamente à questão da dotação eficiência energética foi referido que a prioridade absoluta era fazer a recuperação mais rápida possível do ganho de eficiência ou seja, valorizar todas as infraestruturas que rapidamente possam conseguir uma diminuição significativa de consumo energético. Foram contemplados os projetos de iluminação pública e os projetos de eficiência energética em piscinas em função das indicações dadas pelas próprias autarquias.

Disse que foi igualmente evidenciada alguma preocupação com os projetos das Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

De seguida passou a palavra ao Secretário Executivo Intermunicipal que prestou informação sobre as diversas PI. No que concerne ao fundamental da PI 2.3, a proposta final é de três milhões setecentos e vinte e cinco mil e setenta e quatro euros contra a proposta inicial de um milhão e oitenta e cinco mil e cento e setenta e quatro euros, garantindo as duas operações do projeto da Deloitte, isto é o nivelamento e capacitação dos municípios e depois uma solução híbrida de desmaterialização, harmonização e disponibilização *online* de 20 serviços municipais. Acrescentou que se trata de uma quebra em relação à proposta inicial, que se previa abranger cerca de 45 serviços, mas também considerou que esta meta e este montante, tendo em conta que é para 3 anos e são processos lentos, é uma boa dotação aqui para a CIM. Disse saber que a CIM Região de Coimbra é que tem maior financiamento FEDER na modernização administrativa.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que na PI 4.3 a questão crítica passa pelo modelo de financiamento, os investimentos, as operações têm de ter um retorno em cerca de 7 anos tendo de existir uma devolução de cerca de 70% das poupanças. De acordo com a AG esse dinheiro ficará na CIM para alavancar novos projetos. Existem ainda regras que não definidas e que terão de ser esclarecidas. Salientou que a proposta final prevê cerca de dois milhões e quarenta mil euros para iluminação pública e cerca de dois milhões quinhentos e trinta e sete mil euros para piscinas. Referiu ainda que para si o critério é discutível, se é uma piscina ou um equipamento por município caberá ao município escolher o equipamento. Informou que houve uma tentativa de reforçar esta verba, porém a Autoridade de Gestão (AG) foi inflexível. Deu nota que foi acolhido o projeto de financiamento das auditorias de eficiência energética no valor de cerca de cento e dez mil euros.

Quanto à PI 6.3 esclareceu que se conseguiram incluir as operações na Mata do Bussaco e que hoje de manhã a AG deu sinal favorável à inclusão da Igreja de São Pedro de Lourosa em Oliveira do Hospital, após uma negociação que este município desencadeou junto da Direção Regional da Cultura, e que propôs na última reunião. Em termos de mapeamento o montante admitido é de cinco milhões e seiscentos e dez mil euros, tendo a AG referido que se eventualmente a Administração Central, a Direção Regional da Cultura, não executar alguns destes projetos presentes no anexo dois esse dinheiro ficará para a CIM. Esclareceu que apesar dos esforços não foi possível dobrar o montante FEDER afeto ao Pacto, para a valorização de património natural, que basicamente incide na criação de rotas da natureza, com operações de sinalética e informação tendo sido apenas atribuído um montante de FEDER de seiscentos e trinta e sete mil e quinhentos euros. Destacou que a AG ficou com a tutela do FEDER desta

PI, o que significa que o acesso ao financiamento, desse tipo de operações, se fará no âmbito de avisos a lançar por essa entidade. A CIM Região de Coimbra concorrerá aos avisos com outras entidades intermunicipais e com outros promotores nomeadamente a Turismo do Centro, ou outras entidades do território com projetos na área da cultura ou na área da natureza. Sugeriu que se preparem bons projetos também com carácter de preferência supramunicipal, em respeito do Plano elaborado pela OPIUM e que foi reconhecido por todos como um bom documento estratégico. Mais salientou que deverá ser reforçada a cooperação técnica e institucional com a Turismo Centro de Portugal já que esta entidade é um parceiro determinante nestas matérias sendo importante articularem-se políticas.

No que concerne as PI 8.3 e 8.8 admitiu não haver qualquer novidade, os montantes foram os acordados inicialmente e fixados pela AG, ou seja, cinco milhões de euros em FSE e três milhões de euros em FEDER, dizendo que a fase subsequente é verificar como é que se operacionalizam estas diversas prioridades.

Quanto à PI 9.1 que tem a ver com as políticas de inclusão foi aceite a candidatura no valor de um milhão e quinhentos e cinquenta e três mil euros de FEDER. Os outros projetos, que se inserem no PO ISE, no montante de um milhão quatrocentos e setenta mil euros foram também aprovados, significando que no total para projetos de dinamização social, combate à exclusão, envelhecimento ativo, idade +, cultura +, esta CIM tem quase três milhões de euros, o que julga ser um montante muito interessante para os serviços sociais dos municípios trabalharem.

Relativamente à PI 9.7 conseguiu-se a inclusão da Extensão de Saúde de S. Martinho da Cortiça (Arganil), com FEDER relativamente baixo mas aceite pelo Presidente da Câmara Municipal de Arganil, e também a inclusão do Centro de Saúde de Mortágua cujo montante FEDER é baixo mas esse já mais adequado ao valor do investimento.

Na PI 10.1 foram considerados todos os projetos promovidos por esta CIM, com o valor de cerca de doze milhões quinhentos e oitenta e sete mil euros.

De seguida passou para a PI 10.5 dizendo que não foram explicados os critérios de atribuição do montante FEDER afeto a esta CIM de cinco milhões de euros, quando sabe que existe uma desproporção entre os montantes FEDER a outras entidades intermunicipais. Referiu no entanto que, apesar do montante FEDER atribuído à CIM, o volume de investimentos que está mapeado pela 10.5, das escolas da responsabilidade dos municípios, representa cerca de oito milhões de euros. Elucidou que em relação ao mapeamento da DGESTE não conseguiu saber quais foram os critérios de seleção. Foram

incluídos os projetos das escolas da DGESTE nos concelhos de Cantanhede, da Mealhada, da Figueira da Foz e de Oliveira do Hospital.

Quanto ao POSEUR, lembrou que a nível nacional havia oito milhões e meio de euros para as tipologias 5.1 e 5.2, tendo essa verba sido reforçada para treze milhões de euros, o que é manifestamente pouco.. Adiantou que no PO SEUR a proposta final é no montante de 352,5m€ não os 293,0m€ uma vez que se conseguiu, entretanto, financiamento para um plano de gestão de riscos.

Por fim salientou que no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) o montante FEADER a incluir no Pacto, é de 802,0m€.

Deu também nota de uma diligência feita, à margem do Pacto, junto da AG, e que está relacionada com o plano supramunicipal de valorização do território., elaborado pela OPIUM. Esse plano tem duas operações, relacionadas com o empreendedorismo local de inovação e empreendedorismo e valorização dos produtos endógenos e que após uma reunião com a AG do CENTRO 2020, poderá haver a hipótese de colocar esses projetos nas candidaturas de empreendedorismo à PI 3.1.Essas operações estão previstas no Plano de Ação elaborado CAPGEMINI que assim termina esse Plano.

O Presidente do CI agradeceu as informações dadas e realçou que a questão do PDR criou algum desconforto e foi demonstrado à AG essa insatisfação, porque no fundo se está a validar uma coisa que não se tem integral conhecimento. Entende que o Pacto foi exaustivamente discutido e por essa razão propõe a aprovação do mesmo.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Penela dizendo sentir alguma inquietude no que diz respeito à PI 6.3. Constatou que o mapeamento hoje apresentado, tem uma diminuição das verbas do em relação ao primeiro mapeamento proposto pela Direção Regional de Cultura e questionou qual foi a justificação apresentada pela AG relativamente ao Património da Humanidade, pois entende que a Região de Coimbra não pode ficar prejudicada.

O Secretário Executivo Intermunicipal esclareceu que Património da Humanidade está fora do ITI pois, conforme a AG do Centro 2020, tem um programa de financiamento próprio. Mais informou que também levantou essa questão e a justificação foi que tanto o edifício do Mosteiro da Batalha, como o edifício do Convento de Cristo em Tomar, ou o Mosteiro de Alcobaça são imóveis classificados como Património da Humanidade, Em Coimbra o que é Património da Humanidade é uma zona, é um espaço que se estende desde a alta até à Rua da Sofia, ou seja não é nenhum dos monumentos nacionais incluídos nesse perímetro. Acrescentou que ao dar esta informação apenas se limita a transmitir uma informação e que, logicamente, não emite qualquer juízo de valor.

O Presidente do CI salientou que no essencial e em relação à primeira proposta foram conseguidos alguns ganhos, parece-lhe que existindo um critério orientador, classificação de património nacional, esse tem de ser cumprido.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo lamentando que mais uma vez Miranda do Corvo esteja a ser prejudicada, porque o Mosteiro de Santa Maria de Semide continua fora do mapeamento definido, embora estivesse na candidatura inicial.

O Secretário Executivo Intermunicipal interveio dizendo que como é do conhecimento do Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, o Mosteiro de Semide, imóvel classificado como de interesse público, assim como outros, estão na candidatura ao Balcão 2020, ou seja havendo o eventual reforço de verbas e havendo mudança de critério, são projetos que no horizonte deste Portugal 2020 poderão vir a ser acolhidos futuramente.

Tomou a palavra a Vereadora da Câmara Municipal de Arganil, que em nome do Presidente da Câmara pretende deixar duas notas. A primeira relacionada com a dotação da PI 6.3, que consideram francamente deficitária no âmbito do património natural; a segunda nota prende-se com o apoio financeiro atribuído à Extensão de Saúde de S. Martinho da Cortiça que consideram insuficiente.

Pedi a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede dizendo estranhar o facto da lista de intervenções proposta pela DGESTE, de forma unilateral não contemplar a EB 2,3 de Marquês de Marialva na medida em que esta escola já se encontra sinalizada desde 2007 para intervenção considerada prioritária pelo Ministério da Educação. Pelo que solicita à CIM Região de Coimbra, a AG que, em concertação com a DGESTE/ME inclua a EB 2,3 Marquês de Marialva na lista de prioridades para intervenção futura.

O Presidente do CI referiu que essa questão foi abordada na reunião - ficará numa listagem em *overbooking* e que este manifesto de interesse da parte das autarquias será tomado em consideração em situações futuras, caso estas prioridades venham a ser ampliadas.

O Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital referiu que a reunião com a AG foi esclarecedora, foi dada nota da insatisfação em relação a este conjunto de verbas e julga que a direção da CIM representou cabalmente os interesses dos municípios de uma forma geral, dentro destes princípios.

O Presidente do CI finalizou a sua intervenção dizendo que coerentemente foi mantido o essencial do projeto pelo que propôs a aprovação do Pacto.

O CI deliberou por maioria, com o voto contra do Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, aprovar a Proposta de Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Penela tomou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto que se transcreve: " Eu votei a favor deste Pacto, porque não queria que fosse considerado que o Município de Penela estaria contra aquilo que foi o processo negocial desenvolvido pela direção da CIM. Não obstante tenho uma posição de princípio no que diz respeito aquilo que é a estratégia de desenvolvimento que os territórios devem ter. Eu fui eleito por uma maioria de cidadãos, que entenderam que confiavam no projeto que apresentei e na capacidade para liderar uma estratégia e uma visão sobre o território. Quando falamos de mapeamento de equipamentos e fica colocada essa responsabilidade numa direção geral, qualquer que seja, que não tem a força da democracia para poder representar aquilo que é bom ou mau para os territórios, isso fragiliza muito qualquer estratégia de desenvolvimento local e desde logo este Pacto. A forma como os mapeamentos foi apresentada, nomeadamente alguns critérios de admissibilidade são pouco transparentes e nós não os conhecemos; da mesma forma que se aventam valores assim se diminuem, sem nunca prestar atenção aos municípios e apresentados por quem não está legitimado para o efeito. Essa legitimação e esse mapeamento devia partir daqui e ao contrário do que faziam crer, isso não aconteceu neste pacto de desenvolvimento. Nós estamos, não pela nossa vontade mas, pela vontade de terceiros que desconheço porque nunca se sentaram connosco nesta questão dos mapeamentos. Eu voto a favor deste Pacto porque reconheço aquilo que foi o esforço que a direção da CIM fez, mas não posso de todo concordar com a forma como se chegou até aqui, pela falta de transparência e de respeito por quem nos elegeu. E era basicamente isto que eu queria dizer."

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo tomou a palavra para apresentar a seguinte declaração de voto que se transcreve: " A análise da proposta de Pacto permite constatar que um dos projetos relevantes previstos na candidatura inicial da CIM, relativa ao Mosteiro de Semide no concelho de Miranda do Corvo, continua excluída da lista de projetos sujeitos a mapeamento. Acresce que numa dotação global dos projetos de PI sujeitos a mapeamento, e que excede os 17 milhões de euros, o Município de Miranda do Corvo apenas é contemplado com 215.299,05€ na área dos equipamentos escolares, o que representa apenas 1,2% da verba global. Assim, enquanto representante do Município de Miranda do Corvo, votei contra a proposta apresentada pela facto da mesma não contemplar um projeto que dê continuidade ao investimento atualmente em curso no Mosteiro de Semide."

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente do CI, deu por encerrados os trabalhos eram dezanove horas e trinta minutos.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, João Albino Rainho Ataíde das Neves e pela Assistente Técnica, Gisela Parreiral, que secretariou a reunião.

O Presidente do Conselho Intermunicipal

(João Albino Rainho Ataíde das Neves)

A Técnica que secretariou a reunião

(Gisela Parreiral)